

# ***ANÁLISES SOBRE A PERCEPÇÃO DAS CAUSAS DA POBREZA A PARTIR DAS PESSOAS QUE VIVEM A POBREZA E DA ELITE LOCAL***

**Vilkiane Natércia Malherme Barbosa**

Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC (bolsista CAPES)  
 Universidade Federal do Ceará (UFC)  
 CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8536917714608230>  
 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3048-9316>  
 E-mail: vilkimalherme@outlook.com

**James Ferreira Moura Junior**

Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
 CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5780365767580771>  
 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0595-5861>  
 E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br

**Roger Silva Sousa**

Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC  
 Universidade Federal do Ceará (UFC)  
 CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9557969282963686>  
 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5847-8494>  
 E-mail: roger\_silvas@hotmail.com

**Artigo Original**

**Recebido em: 08 de Janeiro de 2023**

**Aceito em: 16 de Abril de 2023**

## **RESUMO**

O artigo busca analisar as percepções sobre as causas da pobreza identificadas por pessoas em situação de pobreza e da elite local, pertencentes a uma cidade do interior do Ceará. Reconhece-se que há pelo menos três perspectivas de percepção, sendo estas individualistas, fatalistas e estruturais. Cada uma destas, implica uma forma de analisar e de intervir diante da pobreza. Essa pesquisa utiliza dados secundários advindos de duas outras pesquisas realizadas por estes autores, que buscaram identificar questões relativas à pobreza. As análises foram realizadas por intermédio do software Iramuteq. Os resultados apontam que a percepção individualista é mais presente que as demais, associada a uma culpabilização dos sujeitos pelas próprias condições de pobreza. Ademais, a existência de subempregos, trabalhos informais é vista como alternativa para resistir, e àqueles que não aderem a estes, são vistos como acomodados e preguiçosos. Para tanto, também é percebido que existem oportunidades distintas a quem ocupa a elite

e quem ocupa posição de pobreza, favorecendo a continuidade dessa estrutura desigual. Como também a ausência de políticas públicas ou iniciativas privadas que ofereçam melhores condições de trabalho e renda na localidade. Outro fator relevante foi a questão etária, quanto mais velhas as pessoas mais aderem à percepção individualista. Na mesma medida é reconhecida a diferença de oportunidades de trabalho e subsistência a homens e mulheres pobres.

**Palavras-chave:** Pobreza. Causas da pobreza. Situação de pobreza. Elite local.

### ***ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF THE CAUSES OF POVERTY BY THE PEOPLE LIVING IN POVERTY AND THE LOCAL ELITE***

#### **ABSTRACT**

The article seeks to analyze the perceptions of the causes of poverty identified by people living in poverty and the local elite in a city in the interior of Ceará. It is recognized that there are at least three perspectives of perception: individualistic, fatalistic and structural. Each of these implies a way of analyzing and intervening in the face of poverty. This research uses secondary data from two other studies carried out by these authors, which sought to identify issues relating to poverty. The analyses were carried out using Iramuteq software. The results show that the individualistic perception is more present than the others, associated with blaming the subjects for their own conditions of poverty. In addition, the existence of underemployment and informal jobs is seen as an alternative to resist, and those who don't join in are seen as complacent and lazy. To this end, it is also perceived that there are different opportunities for those who occupy the elite and those who occupy a position of poverty, favoring the continuity of this unequal structure. As well as the absence of public policies or private initiatives that offer better working conditions and income in the locality. Another relevant factor was age: the older people are, the more they adhere to individualistic perceptions. To the same extent, the differences in work and subsistence opportunities for poor men and women are recognized.

**Keywords:** Poverty. Causes of poverty. Situation of poverty. Local elite.

#### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo buscou analisar as percepções sobre as causas da pobreza identificadas por pessoas em situação de pobreza e da elite local, pertencentes a uma cidade do interior do Ceará. Essa pesquisa utiliza dados secundários advindos de duas outras pesquisas realizadas por estes autores, que buscaram identificar questões relativas à pobreza. Em busca de ampliar as possibilidades analíticas se buscou refletir a partir dos dois materiais a percepção de ambos os grupos sobre as causas da pobreza.

À priori, cabe considerar que autores como Nandori (2015) apontam que as causas da pobreza podem ser apresentadas a partir de três concepções principais, sendo estas: individualistas, estruturalistas e fatalistas. Para o autor, compreender a percepção das pessoas sobre as causas da pobreza possibilita guias de análises para entender as estratégias utilizadas ou entendidas como eficientes para o enfrentamento da pobreza. Assim, não é apenas identificar que causas as pessoas consideram ser relevantes para provocar a pobreza em alguém, é entender como que estas explicações interferem no cotidiano destas (Moura Jr et al., 2014). Ademais, é sabido que a percepção das pessoas sobre a pobreza, faz com que estas assumam posturas pró ou contra políticas de amenização da pobreza (Santos, 2009). Pois, se estas acreditam que a pobreza é causada por questões individuais do sujeito, vão credibilizar menos alternativas de suporte governamentais a situação de pobreza, por outro lado, se a pobreza é vista como uma questão estrutural é possível que ações de minimização ou combate à pobreza e desigualdades sociais sejam apoiadas mais amplamente (Nandori, 2014).

Assim, cabe apresentar cada uma dessas perspectivas causais sobre a pobreza, e o seus possíveis impactos psicossociais. Começando pela perspectiva individualista, essa apresenta explicações que se ligam a atitude da pessoa frente a pobreza (Nandori, 2015). Assim, está se relaciona a culpabilização da pessoa pobre por sua própria condição vivida. Considerando a realidade brasileira, esta é uma perspectiva que encontra forte adesão, pois, a nossa construção social busca invisibilizar os processos macroestruturais, como o racismo, que provocam desigualdades sociais relevantes entre os diferentes grupos, naturalizando o fenômeno da pobreza como ocasionado pelo próprio sujeito que dela sofre (Souza, 2017). Há uma perspectiva meritocrática que associa a posição social ocupada aos esforços individuais realizados (Fisher, 2020). Desta forma, a riqueza e a pobreza são explicadas por esforço individual, e as estratégias de amenização ou enfrentamento também são pensadas de forma individualista, ou seja, o próprio sujeito é que precisa se esforçar, trabalhar mais, estudar mais, para sair da situação de miséria (Harvey, 2014). E quando este sujeito vivência situação de pobreza, uma das consequências são estigmas relacionados a pobreza.

Assim, são destinados a estas pessoas tratamentos injustos relativos à posição social que ocupam, o que Góis (2012) vai chamar de “identidade estigmatizada de pobre”, que pressupõe signos depreciativos relacionado as pessoas em condição de pobreza, que

é vista como vagabunda, desleixada, preguiçosa, acomodada, dentre outros adjetivos depreciativos, que reforçam a culpa do sujeito pelo lugar de pobreza. Sendo uma das consequências mais perversas da pobreza, a estigmatização dos sujeitos a partir de processos que suscitam vergonha e humilhação a estas pessoas, já fragilizadas pela própria condição de vulnerabilidade (Moura Jr; Sarriera, 2016).

Já, a perspectiva fatalista une as explicações que compreendem que a pobreza é ocasionada devido ao destino, ou de forma aleatória (Nandori, 2015). Ademais, a perspectiva fatalista se aproxima da perspectiva individualista, pela análise acrítica das realidades concretas da pobreza, à medida, que não reconhece as estruturas sociais excludentes que fomentam processos de opressão. Para tanto, as explicações fatalistas, se diferenciam, das individualistas, pois não partem da culpabilização do sujeito, mesmo que se relacione a estas. Isto é, mesmo que reconheça que o sujeito não é culpado, nessa perspectiva ele é vitimizado por circunstâncias não explicáveis que levaram a pobreza. Aliás, as circunstâncias são explicáveis, como aponta Martín-Baró (2017) há um pensamento mágico que justifica a pobreza, por forças superiores e deterministas. Assim, está em pobreza é “vontade divina”, é “desejo de Deus”, é uma “provação” a ser superada, é culpa do “prefeito”, do “governo”, do “presidente”, é culpa de algum terceiro que eventualmente tem possibilidades de forças e ação superiores ou inalcançáveis, só podendo ser combatida se houver uma vontade benevolente por partes destes seres para com os sujeitos em situação de pobreza. Desta forma, na perspectiva fatalista a pobreza ocorre de forma aleatória ou devido ao destino (Nandori, 2015).

A terceira percepção de pobreza vem da perspectiva estrutural. Nesta perspectiva a percepção sobre as causas da pobreza se relacionam as problemáticas sociais, ou seja, o que se identifica como causas são as estruturas de desigualdades sociais, dificuldade de acesso a seguridade social, cidadania, educação, saúde, habitação, lazer e cultura (Sen, 2010). É reconhecido, nesse sentido, que historicamente tem se produzido estruturas de dominação e exploração, que tem acometido uma parcela importante da população, que tem sido cerceada das suas possibilidades de atuação diante das injustiças sociais (Góis, 2012).

E isto, tem provocado uma profunda mazela social, que fomenta lugares de subalternidade, de pobrezas, violências que forjam condições de vidas precarizadas, onde o acesso a qualidade de vida digna, se torna um privilégio a ser conquistado (Souza,

2017). Diante disso, reconhecer a pobreza como uma questão estrutural, possibilita a construção de planos de enfrentamento ou amenização das mesmas que reconheçam o caráter multidimensional da pobreza, que não se caracteriza apenas pela ausência de trabalho e renda, pois está exposto, outras ausências, que atravessam as possibilidades de mobilidade social, de qualidade e bem-estar social (Barbosa, 2020).

Desta forma, pensar a pobreza como uma questão multidimensional e complexa facilita as formas de enfrentamento, que não fragilizam o sujeito pobre, pois quando se pensa de forma individualista, este é o único culpado, desta forma, o único responsável pelo enfrentamento (Ximenes et al., 2016). Se pensa de forma fatalista, não é possível a mudança, porque é posto um lugar de impotência contra a fatalidade (Cidade; Moura Jr; Ximenes, 2012). Assim, a possibilidade de intervenção e enfrentamento é mais possível diante da perspectiva estrutural. No reconhecimento que as estruturas classistas, patriarcais, racistas que tem embasado a construção social tem forjado formas de sobrevivência desiguais e injustas as chamadas minorias sociais (Castro et al., 2017).

Nesse sentido, pensa-se que analisar como as pessoas tanto em situação de pobreza e da elite local percebem as causas da pobreza, podem fomentar importantes pistas para a compreensão de como a pobreza é combatida, enfrentada, minimizada ou ignorada no locus em análise. Como também forjar estratégias de conscientização e reflexão acerca deste processo cultural de culpabilização da pobreza, que opera violência opressão e submissão àqueles que vivem tal condição (Góis, 2012). Para tanto, o objetivo deste artigo é analisar as percepções sobre as causas da pobreza identificadas por pessoas em situação de pobreza e da elite local, pertencentes a uma cidade do interior do Ceará.

## **METÓDO**

O material analisado por este artigo é oriundo de duas pesquisas, as quais se debruçaram acerca de temas relacionados a pobreza. Ambas as investigações apresentam objetivos distintos daquele proposto por esse artigo, porém, possuem em seu material levantado questões relevantes acerca da forma como os participantes percebem a pobreza. Dessa forma, pode-se entender que essa é uma pesquisa que se debruça sob informações secundárias, tendo em vista que ambas estão concluídas.

Ambas as pesquisas contam com participantes de um mesmo território, localizado em uma cidade no interior do estado do Ceará, na região do Maciço do Baturité, contudo, os participantes das pesquisas se diferenciam em relação às características sociodemográficas. A primeira fonte de informação é oriunda da dissertação “As implicações psicossociais da pobreza na relação entre sentido de comunidade e desigualdades sociais de gênero no Parque da Liberdade” (Barbosa, 2020), que em um dos estudos, contou com a participação de dez mulheres, as quais responderam, entre outras, questões relacionadas a percepção de pobreza e de seu enfrentamento. A segunda fonte é a pesquisa “Pobreza, Raça e Políticas Públicas em contextos rurais: análises de discurso de comerciantes e donos de imóveis do Maciço de Baturité/CE – Primeira Fase Redenção/CE e Acarape/CE.” que contou com oito participantes, desses, cinco mulheres, as quais compõe um grupo de pessoas consideradas a elite local. Esse grupo também respondeu a uma série de questões, entre as quais constavam algumas relacionadas a percepção e ao enfrentamento da pobreza.

Dessa forma, o corpus aqui analisado conta com 18 respostas (textos), acerca da percepção da pobreza e de seu enfrentamento em dois grupos, mulheres pobres (MP) e elite local (EL). Associado às respostas, conta-se com aspectos sociodemográficos como a faixa etária, o gênero e a cor/raça das e dos participantes. As transcrições das respostas foram concatenadas em um corpus textual, o qual foi analisado por meio do software IRAMUTEQ. Realizou-se a análise de classificação hierárquica descendente (CHD) e análise de similitude, empregando-se a parametragem de palavras ativas e suplementares sugerida por Camargo e Justo (2018).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

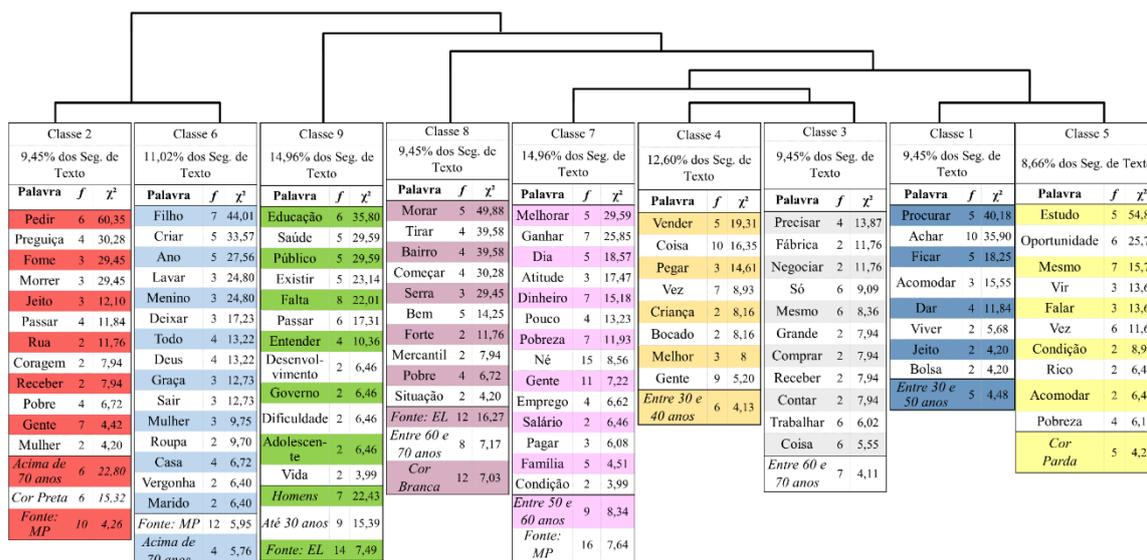
Os 18 textos constituintes do corpus são formados por 5.477 ocorrências, com 1.098 formas, sendo 609 dessas (55,46%) hápax<sup>1</sup>, com média de 304,28 ocorrências por texto. Tendo em vista a robustez da classificação hierárquica descendente (CHD), esta deve considerar, pelo menos, 75% dos segmentos de texto do corpus (Camargo; Justo, 2018). Para tanto, considerando a forma como o corpus foi construído, bem como seu tamanho, alterou-se o “*número de classes terminais na fase I*” para 14, obtendo uma

---

<sup>1</sup> Palavras que aparecem apenas uma vez em todo o corpus.

retenção de 81,94% dos segmentos de texto. Na Figura 1 é possível observar o dendrograma de classes resultante da CHD, bem como as palavras e variáveis associadas a cada classe.

**Figura 01** – Dendrograma de classes sobre a percepção da pobreza



**Fonte:** Elaborada a partir dos dados obtidos na análise do Iramuteq

A princípio o corpus textual passa por uma primeira divisão, gerando dois subcorpus, o primeiro sofre uma divisão gerando as Classes 2 e 6, ao passo que do segundo se destaca a Classe 9 e um outro subcorpus. Por sua vez, esse segundo sofre uma outra divisão resultando na Classe 8 e novo subcorpus, que, mais uma vez sofre uma divisão em outros dois. O primeiro desse subcorpus destaca a Classe 7 e um outro subcorpus, que por sua vez cria as Classes 4 e 3, ao passo que o segundo subcorpus se divide nas Classes 1 e 5.

Com base nas palavras que a compõe a Classe 2, pode-se inferir que essa agrupa ideias que estabelecem uma relação direta entre preguiça e pobreza. É possível observar essa relação em segmentos como: “(...) *mas quem tem preguiça morre pobre mesmo, passando fome, esperando que o povo dê*” ou “*a pobreza é a preguiça, é a falta de coragem em trabalhar, tem, mas não tem pobrezinho, que viva passando necessidade, morrendo de fome, pelo menos agora, nessa semana santa, muita gente recebeu*”

*sextão*”<sup>2</sup>. A concepção de que a preguiça é responsável por manter os indivíduos em uma condição de pobreza, em alguma medida, pode ser explicada a partir das estratégias adotadas por essas mulheres para modificar as próprias condições de pobreza. Ademais, explicações individualistas tendem a priorizar a culpabilização do sujeito sobre suas próprias condições de vida (Nandori, 2015). Contudo, é importante salientar que a concepção de culpabilização da pobreza é uma ideia forjada pelas elites, e introjetada no imaginário social. Nesse sentido, não é só rico que aponta a culpabilização da pobreza ao pobre, o pobre também passa a reconhecer esse lugar da culpa, como uma explicação plausível (Moura Jr et al., 2014). Nesse sentido, ele também se responsabiliza e responsabiliza os pares pelas condições de pobreza, miséria e vulnerabilidade. E, como visto, é pelo esforço pessoal, da “coragem de trabalhar”, de realizar esforços pessoais que é percebida a sobrevivência a pobreza.

Em relação a Classe 6, destaca-se o resultado dessas mulheres no enfrentamento da pobreza, centrado na representação da criação exitosa dos filhos, como visto em segmentos como “***deixa*** eu te ajudar né, vivi muito com isso, ***lavei*** muito prato para poder ganhar um prato de comida, eu ***criei*** seis ***filhos!*** quantos ***anos*** eu ***fiquei*** separada de ***marido?! 32 anos***” e “***fiquei*** separada de ***marido*** com meia dúzia de ***filhos***, eu fiz ***todo*** trabalho que tinha direito, só teve duas coisas que eu não fiz – foi ***graças*** ao meu ***deus*** – foi me prostituir e roubar, mas o resto”.

O enfrentamento das situações adversas, tendo a criação exitosa dos filhos como desfecho, parece implicar em uma concepção de que a ausência de disposição para se engajar em atividades laborais, especialmente as exaustivas e com baixa remuneração, estão na base da manutenção das condições de pobreza. Essa compreensão se ancora no fato de que as Classes 2 e 6 apresentam associação estatisticamente significativa com as entrevistas oriundas da pesquisa com mulheres pobres (Classe 2 -  $\chi^2 = 4,26$ ;  $p = 0,03$ ; Classe 6 -  $\chi^2 = 5,95$ ;  $p = 0,01$ ), bem como com respondentes maiores de 70 anos de idade (Classe 2 -  $\chi^2 = 22,80$ ;  $p < 0,0001$ ; Classe 6 -  $\chi^2 = 5,76$ ;  $p = 0,01$ ). Dessa forma, ambas as classes retratam a concepção de mulheres pobres e idosas, que passaram por situações adversas e as enfrentaram a partir de trabalhos precários (Schinaider et al., 2020; Souza et al., 2020). Desta forma, se associando uma perspectiva mais individualistas, por

---

<sup>2</sup> As palavras em negrito são aquelas indicadas no dendograma, as quais são destacadas nos segmentos de texto para formação das classes. Para melhor compreensão do processo ver Camargo e Justo (2018).

também terem reconhecido em suas trajetórias o abandono ou ausências de políticas públicas eficientes para mitigação da pobreza. Como também, pela percepção de que suas alternativas de sobrevivência estão diretamente relacionadas ao trabalho, mesmo, que mal ou não-remunerado (Castro et al., 2017). Para tanto, a alternativa que vislumbram como viável para o enfrentamento da pobreza estão sobre suas responsabilidades, e nesse sentido, é válido aceitar as condições de trabalho que foram possíveis, mesmo que a remuneração seja um prato de comida (Barbosa, 2020). Sendo crucial salientar, que estas mulheres são sobreviventes que mesmo em condições inóspitas, buscaram e resistiram a pobreza. E não estavam sozinhas, pois, ainda tinham as responsabilidades como mãe-solos de cuidar dos filhos sem amparo de terceiros.

Ademais, a divisão do corpus nas Classes 9 e 8 acontecem de maneira sequencial, o que permite inferir que são concepções relativamente relacionadas, porém tratam de temas distintos. A Classe 9 está associada a respondentes do sexo masculino ( $\chi^2 = 22,43$ ;  $p < 0,0001$ ), com até 30 anos de idade ( $\chi^2 = 15,39$ ;  $p < 0,0001$ ), bem como com o grupo da elite local ( $\chi^2 = 7,49$ ;  $p < 0,006$ ). A princípio essa classe destaca a relação entre pobreza e política, tanto a eleitoral quanto a pública, enfatizando o descaso dos políticos para com a população pobre, como no segmento “rapaz são pessoas que **passam muitas dificuldades** né?! Só em você ser pobre, você já está dizendo tudo né? A palavra diz tudo aí depende muito do poder **público**, né? Porque você sabe que o cara pobre não tem como ter **saúde**, não tem como ter **educação**”.

A ênfase em descrever o poder público como responsável pela situação dos indivíduos são identificadas nas políticas de educação e saúde (Natalino, 2020). Para essa classe, é a falta de educação que gera a pobreza, ao passo que a ausência do poder público é vista tanto a nível nacional, “como eu falei justamente isso aí são esquecidas pelo poder **público** né? Não tem **saúde** preste, né?! Não tem um benefício, o único que tem mesmo é esse bolsa escola, esse vale gás né?! E até isso o **governo** está falando em cortar não é”, bem como a nível municipal, “famílias que **passam** por situação de risco e que eu **acho** que precisaria de um trabalho municipal nesses lugares resgatando as crianças, levando elas mais para dentro da escola, trazendo a criança o prazer de brincar”.

Atrelada a noção de que a ausência do estado cria e amplia as condições de pobreza, tem-se a noção de que os indivíduos não buscam alternativas para enfrentamento dessa situação, como destaca a Classe 8. No segmento de texto “eu acho que assim, foi

*tirado muito dinheiro aqui dessa serra para lá, para o bairro pobre, né?! Mas o pessoal é muito irresponsável, querem viver bem, mas não fazem por onde, né?! Se não trabalhar ninguém vive bem não”* é possível identificar a corrupção como um dos elementos referentes ao poder público ao passo que a concepção de comodismo também é vista (Prosperi; Frias, 2020).

A Classe 8 apresenta associação com respondentes entre 60 e 70 anos ( $\chi^2 = 7,17$ ;  $p = 0,007$ ), brancas ( $\chi^2 = 7,03$ ;  $p = 0,008$ ), oriundos da pesquisa com a elite local ( $\chi^2 = 16,27$ ;  $p < 0,0001$ ). Essa classe apresenta ainda alguns elementos relacionados a formação do território, indicando que os pobres foram ali alocados por conta do risco a vida na localidade anterior. A coexistência da elite com os pobres parece oferecer ao primeiro grupo um bode expiatório para as situações adversas, como destaca o segmento “*eu lembro que essa localidade pobre foi construída para tirar famílias que moravam no pé da serra, em áreas de risco, só que depois disso, começou essa parte forte de criminalidade entrando nesses bairros*”. Além disso, a convivência entre elite e pobres provoca nesses um sentimento de paternalismo, o qual parece implicar em ações assistencialistas como a doação de cestas básicas e a oferta de trabalhos precarizados, tanto como domésticas quanto estivadores, entregadores, lavadeiras (Lopez, 2019; Nanes; Quadros, 2018).

Enquanto essas classes destacam a relação entre ausência de políticas públicas e pobreza, a Classe 7 destaca a ausência de iniciativas privadas. Esta classe se separa após a formação de dois subcorpus, e apresenta associação estatisticamente significativa com respondentes entre 50 e 60 anos ( $\chi^2 = 8,34$ ;  $p = 0,003$ ), oriundos da pesquisa com a elite local ( $\chi^2 = 7,64$ ;  $p = 0,005$ ). Enquanto as Classes 2 e 6 enfatizam os sujeitos como responsáveis pela pobreza, a Classe 7 destaca a ausência de emprego na região, como visto no segmento “*o que causa a pobreza é a falta de trabalho, né?! falta de trabalho causa muita pobreza, porque se a pessoa trabalha, né..., porque tem muita gente que precisa ir para fora para trabalhar fora, então falta trabalho*”. As alternativas para tanto giram em torno de sair da cidade, ou esperar que alguma empresa ofereça empregos para a população, como visto em “*fábrica né... vim uma fábrica para cá ia melhorar muita gente né?! muita gente ia trabalhar na fábrica, ai quem ganhasse dinheiro e ia ajudar aquelas pessoas né, porque hoje em dia, né, tudo é uma ajuda*”.

As Classes 7 e 8 apresentam estratégias para o enfrentamento da pobreza, a diferença entre essas está na forma que esse se dá. Enquanto a Classe 8, associada a elite, destaca o empreendedorismo, alcançado por meio de empréstimos em bancos ou venda de cosméticos, como nos trechos a seguir: “*assim as pessoas que **moram no bairro pobre** as oportunidades assim delas ter seu negócio próprio é **difícil** porque quem trabalhar como líder assim como as empresas que eu trabalhei como na Avon*”; “*porque a pessoa quando pode, não necessita mexer em banco não, né?! Mas tem muita gente coitado que não tem nem onde **começar**, por que as vezes **começa** com um empréstimo do banco e vai muito **bem** para a frente*”.

Já a Classe 7 atribui a criação de empregos por agentes externos ou mesmo a concordância com empregos precarizados, como nos trechos a seguir: “*agora você já **ganha** um melhor um **pouquinho**, mas antigamente quem **trabalhava** em casa de família aqui hoje em **dia** a gente sabe que é obrigado **pagar** o **salário**, mas muitos ainda negociam*”; “*e muitos precisam e aceitam **né?! Mas é uma escravidão! Você **trabalha** às vezes muito e **ganha** muito **pouco** para ser empregado doméstico, um trabalho que é cansativo e rotineiro, o que eu acho da **pobreza** é angustiante **né*****”. Essas classes evidenciam a destacam como a diferença entre as posições sociais implica na forma de apreensão do mundo e das possibilidades de mudanças. Enquanto a elite vê o enfrentamento a pobreza atrelado a serviços destinados a ela própria, as mulheres pobres entendem que essa se dá por meio da efetivação de políticas públicas e a geração de empregos (Lopez, 2019; Nanes; Quadros, 2018).

Enquanto as classes descritas até este ponto apresentavam associações com alguma das fontes de informação, as quatro últimas classes a serem destacadas na CHD não apresentam associação. Dessa forma, é possível inferir que as ideias apresentadas nas Classes 4, 3, 1 e 5 são comuns às participantes dos dois grupos, ao passo que se diferenciam apenas em função da idade. O primeiro subcorpus se divide nas Classes 4 e 3, a primeira destaca algumas ações que podem ser relacionadas à forma as oportunidades de emprego estão disponíveis no território. O segmento “*você comprar uma **coisa** que a pessoa **vende** já é uma ajuda, você **pegar** e poder pagar uma pessoa para lhe ajudar você já está ajudando aquela pessoa*” destaca a relação entre consumo e oportunidade, assim como “*que a **gente** não pode **pegar** tudo e dar **né?! – assim, tudo tem um custo. eu acho***

*quem está com os pés gera mais empregos, pessoal as vezes trabalha, trabalha até em casa de família, fazer faxina porque com certeza não tem outra coisa né”.*

Por sua vez, a Classe 3 dá ênfase em trabalhos disponíveis no território, destacando os comércios do gênero alimentício como possibilidade, como no segmento *“tem algumas pessoas que tão bem na parte de comercio menor, agora comercio grande só quem já nasceu grande mesmo, né?! Muitos a boa parte não quer trabalhar, quer ganhar sem fazer nada, o tempo hoje não está para isso não”.* Além disso, a Classe 3 retoma a ideia de que a presença de fábricas como solução para o desemprego, como indica o segmento *“e sem trabalho, não tem nada que vá para frente. Aqui precisava muito de trabalho, de uma fábrica para o pessoal trabalhar, a cidade vai se encher mesmo só de mercantis, e os mercantis para ter, tem os seus escolhidos, tem uns que não tem”.*

Em alguma medida, as Classes 4 e 3 indicam ações já organizadas por parte dos moradores do território em relação ao desemprego, um dos motivos apontados como razões para a pobreza (Macedo et al., 2019). Contudo, as classes se diferenciam ao estabelecer o emprego a partir da identidade de gênero, assim, interseccionando o que seria oportunidades de trabalho para mulheres e para homens pobres (Nanes; Quadros, 2018). Assim, as atividades domésticas se relacionam as possibilidades de trabalho femininos (Classe 4), como no trecho *“alguma coisa né para a gente fazer porque às vezes tem de fazer artesanato, né?! tem vezes que as pessoas fazem salgados, doces, a gente podia até fazer e vender”.* E emprego em atividades que requerem força física (Classe 3), ligadas aos homens, como no trecho a seguir: *“ou então, às vezes só o homem trabalha, tem só aquele dinheiro ali para aguentar o mês todinho ou então que fica vivendo de bicos ou então que recebe algum auxílio e só tem o auxílio e o homem trabalha de pedreiro ou alguma coisa assim ou de servente”.* Além disso, a Classe 4 apresenta associação com respondentes entre 30 e 40 anos ( $\chi^2 = 4,13$ ;  $p = 0,04$ ), ao passo que a Classe 3 com aqueles entre 60 e 70 anos ( $\chi^2 = 4,11$ ;  $p = 0,04$ ). Essas possibilidades estão intimamente relacionadas com a precarização de vínculos trabalhistas, os quais devem ser “relevados”, visto que é uma oportunidade de trabalho que deve ser aceita por “alguém que não tem preguiça de trabalhar” (Macedo et al., 2019). Como aponta Sawaia (2017), as dinâmicas de opressão e dominação de classe se sobrepõem sobre as pessoas em situação de pobreza, de tal forma, que tolhe suas possibilidades de desejo, há que se

convencer de que apenas sobreviver basta, que qualquer emprego é melhor do que nenhum, como no trecho: “*o quer que está fazendo né, desempregando um bocado de gente, aí é isso, só isso como na universidade né aí, desempregou um bocado de gente e a pessoa tem que aceitar*”.

Por fim, o último subcorpus se divide nas Classes 1 e 5, a primeira retoma a concepção da Classe 2, de que na condição de pobreza há comodismo, contudo destacam a ausência de oportunidades de trabalho, como visto no segmento “*se acomoda muito ‘ah porque sou pobre’, aí vou ficar ali, sem procurar mais um emprego, sem procurar nada, acha que não [tem] chance é isso aí, eles têm que ter uma chance né*”, ou em “*se acostumou a viver assim como dizem se acostumou para ele tudo está bom, porque acho que quando não está bom, a gente faz alguma coisa para mudar*”. Apesar da semelhança, a Classe 1 se diferencia por destacar um comodismo com a situação geral, ao passo que a ideia principal da Classe 2 é a preguiça diante de possíveis alternativas com alto custo e pouco retorno financeiro. Além disso, a Classe 1 está associada a respondentes mais jovens, ente 30 e 50 anos ( $\chi^2 = 4,48$ ;  $p = 0,03$ ), ao passo que a Classe 2 a mulheres com mais de 70 anos.

A Classe 5 dá ênfase na relação pobreza e ausência de oportunidades, indicando a educação como sendo o caminho para melhores condições de trabalho, como visto em “*tem pessoas que não tiveram a oportunidade, não tiveram condições de prosseguir nos estudos ou até mesmo conseguir um emprego melhor, criação de empregos, qualificação para quem ainda não tem e para quem tem e muitas vezes não tem oportunidade*”. Apesar de reconhecer a ausência de condições, a Classe 5 destaca ainda a preguiça como explicação para situação de pobreza, como em “*e por falta, às vezes, alguns a oportunidade, outros preguiça mesmo, porque as pessoas as vezes chegam assim: há me dê uma esmola, se eu disser assim, eu tenho um quintal ali para limpar ele não quer*”.

Um elemento apontado como alternativa a situação de pobreza e escassez de oportunidades é a criminalidade (Lopez, 2019), como em “*aí as vezes vem a revolta e surge a oportunidade da criminalidade para poder ter alguma coisa e como ele não tem base familiar, isso gera um constrangimento um envolvimento muito maior, eu acho que inicialmente descrença*” ou “*e muitas vezes a gente é assaltado como eles já assaltaram a gente aqui umas duas ou três vezes aí eu fui a gente nem falou a polícia veio aqui queria saber quem tinha sido*”.

Para tanto, a partir dos achados deste trabalho é possível considerar que as percepções sobre as causas da pobreza são complexas e multifacetadas. Além disso, entende-se que a perspectiva mais individualista ganha destaque, fomentando processos de culpabilização da pobreza, ao passo, que também responsabiliza o sujeito pela própria sobrevivência (Cidade et al., 2012). Nesse sentido, evidencia-se que não ser e não ter é uma faceta da condição de pobreza (Demo, 2008). Ao passo, que é visto, que as possibilidades de acesso ao trabalho e renda são mediadas por fatores, como a falta de acesso à educação, à qualificação profissional, à melhores condições de trabalho e oportunidades de emprego digna. O que nos parece uma contradição, pois, a maioria destes elementos apontados como estratégias de resistência a pobreza, não dependem exclusivamente dos sujeitos pobres, mas, de uma conjuntura social mais equânime e mais justa.

Desta forma, há também um atravessamento, de uma perspectiva fatalista, que incorre na impossibilidade de oferta de condições dignas de trabalho e renda, tendo o pobre que aceitar quaisquer condições de subsistência que lhes forem oferecidas (Macedo et al., 2019). Sendo a maioria destas, trabalhos relacionados a servidão a elite. Neste cenário as mulheres ainda se apresentam mais vulnerabilizadas, por também, se responsabilizarem pelo cuidado dos próprios filhos, assim, não é apenas a sua subsistência é a da família, como um todo que lhe recai a responsabilidade. A elite local precisa dessa população em situação de pobreza, para permanecer elite, uma vez que também se utiliza dessa mão-de-obra barata, explorada, para manutenção de seu status coo, desvelando uma interdependência entre estes grupos (Lopez, 2019).

No mais, destaca-se que a responsabilidade individual do sujeito é apontada frequentemente como justificativa para suas condições de pobreza. Assim, a identidade estigmatizada de pobre, se fortalece, sendo lido como acomodado e preguiçoso, o que tem culpa por viver em pobreza. Desta forma, as possibilidades de resistência a pobreza, pensando a localidade como coletivo, estão atreladas a capacidade do sujeito de resistir diante às adversidades. Outro fator que nos chama atenção é a questão etária, quanto mais velhas as pessoas são, mais esta autorresponsabilidade pela pobreza é posta. O que pode nos ser um indício de suas próprias trajetórias sociais, visto que, muitos destes não alcançaram as políticas sociais de amenização das pobrezas, não foram oportunizados de frequentarem escolas, e viveram em suas infâncias e início de vida, situações de pobrezas

mais severas dos que as vivenciadas na realidade atual. Desta forma, se viram sozinhas(os) e é assim que também percebem que os demais deveriam resistir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os achados do estudo apontam para uma majoritária adesão a percepção de pobreza individualista, tendo como foco a culpabilização do sujeito pobre pelas suas próprias condições de vida. Contudo, isto, não nos surpreende, visto que é uma perspectiva enraizada historicamente na realidade brasileira, que tem tido o sujeito pobre, como responsável pela sua pobreza, assim, como pelas estratégias de resistência a esta. O que nos leva a considerar que as estratégias de sobrevivência apontadas, em grande parte, também apontam para este sujeito, como tendo que ter “coragem de trabalhar”, como tendo que “lutar e fazer o que for necessário”. E quando não o faz é visto como acomodado, preguiçoso. Nesse sentido, a presença de subempregos e ausências de possibilidades de trabalho e renda dignos, e de oportunidades de qualificação profissional também demarcam este cenário de pobreza. Contudo, é visto, que a ausência de políticas públicas eficientes de combate ou minimização da pobreza também é considerada um agravante a permanência desta mazela.

Ademais, a elite local e as pessoas em situação de pobreza parecem se aproximar na perspectiva individualistas, mas, cabendo a elite forjar oportunidades, em sua maioria, servis de trabalho a estes outros, como numa espécie de benevolência, que se utiliza de mão-de-obra barata para se manter em posição superior. Além disso, cabe ao pobre, como que no acordo coletivo de aceitar tais posições como as possíveis. A elite também percebe a presença dos pobres, como um perigo e relacionada a criminalidade. Todavia, uma questão que também chama a atenção é o efeito da faixa etária sobre essas posições de culpabilização da pobreza, pois, torna-se evidente que pessoas mais velhas têm fortalecido mais esta posição. Ao passo que as mais novas conseguem ponderar outros fatores estruturais como ligados as condições de pobreza.

Neste sentido, entende-se que o estudo contribui para uma leitura social acerca das causas e especialmente das estratégias adotadas e reconhecidas como possíveis ao enfrentamento da pobreza. Mesmo, que estas efetivamente não tenham apontado para superação da pobreza, e sim, para as possibilidades de subsistência. Por fim, acredita-se

que estudos futuros que se aprofundem nestas comparações entre elite local e pessoas em situação de pobreza, possam apontar de forma mais profunda as relações de interdependência entre os grupos, que parecem dar pistas da manutenção da pobreza e desigualdade a uma parcela da população.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, V. N. M. (2020). **As implicações psicossociais da pobreza na relação entre sentido de comunidade e desigualdades sociais de gênero no Parque da Liberdade** [Universidade Federal do Ceará], 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50668>

CAMARGO, B. V., & JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software IRAMUTEQ**. p.1–32. 2018. Disponível em: [http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/TutorialIRaMuTeQemportugues\\_17.03.2016.pdf](http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/TutorialIRaMuTeQemportugues_17.03.2016.pdf)

CASTRO, R.D.; LINO, R.T.; GONZAGA, P.R.B.; MAYORGA, C. Raça, gênero e classe: notas a partir da experiência de mulheres negras de classe média na UFMG. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 6, n.2, 2017, p. 99-100.

CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. **Psicologia e Argumento**, v.30, n.68, 2012, p.87-98. Acesso: 27 jan. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.5886>

DEMO, P. **Pobreza política**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

GÓIS, C. W. de L. **Psicologia clínico-comunitária**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012. 193p.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014. Disponível em: [encurtador.net/rtIOW](http://encurtador.net/rtIOW)

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Autonomia Literária, 2020.

LOPEZ, M. Interdependência entre as elites e os pobres em contextos de alta desigualdade: questões conceituais e empíricas. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v.53, p.103–117, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13465>

MACEDO, A. R., COSTA, F. T. B.; JUSTO, J. S. O Mototaxista no mundo do Trabalho: Precarização, Desemprego e Informalidade. **Revista Subjetividades**, v.19, n.1, ed.1, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i1.e7257>

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. LACERDA JÚNIOR, F. (org.). Petrópolis: Vozes, 2017.

MOURA JR., J. F.; CIDADE, E. C.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Concepções de pobreza: Um convite à discussão psicossocial. **Temas em Psicologia**, v.22, n. 2, 2014a, p.341-352. Acesso: 27 jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2014.2-06>

MOURA JR., J. F.; SARRIERA, J. C. Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: Caminhos possíveis. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. (Orgs.), **Implicações psicossociais da pobreza: Diversidades e resistências**, 2016, p. 263-287. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

NANDORI, E. S. Interpretation of poverty in St. Louis County, Minnesota. **Applied Research in Quality of Life**, v.9, n.3, p.479-503, 2014. DOI: 10.1007/s11482-013-9245-7.

NANDORI, E. S. How Did Subjective Well-Being Change in Hungary Due to the Economic Crisis? **Social Indicators Research**, v.126, n.1, p.241-256, 2015. DOI: 10.1007 / s11205-015-0878-9.

NANES, G.; QUADROS, M. T. de. Programa Bolsa Família, mercado de trabalho e agência de mulheres titulares do Coque (Recife-PE). **Cadernos Pagu**, v.52, e185209, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800520009>

NATALINO, M. Pobreza, Redistribuição e o Programa Bolsa Família na Percepção dos Brasileiros. **Boletim de Análise Político-Institucional**, v.1, n.23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/bapi23art4>

PROSPERI, L. O.; FRIAS, L. Os beneficiários do Programa Bolsa Família e o mercado de trabalho: uma análise sobre o “efeito preguiça.” **Revista Sociais e Humanas**, v.33, n.1, p.78-94, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175834492>

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes Limitada, 2017.

SCHINAIDER, C. M., VIANA, I. M. D. S.; TEIXEIRA, E. C. Pobreza e gênero: evolução dos indicadores de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT) para o Brasil. **Textos de Economia**, v.23, n.1, p.1-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2020.e71922>

SANTOS, M. Pobreza urbana. In: **Pobreza urbana**. 2009. p. 134-134.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. (Trad) Motta, L. Teixeira. Revisão Técnica. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Leya, 2017.

SOUZA, V. DE, PENTEADO, C., RAIHER, A. P.; SOUZA, V. DE. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **Informe GEPEC**, v.24, n.1, 53–72, 2020. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22710/15297>

XIMENES, V. M., MOURA JR., J. F., CRUZ, J. M., SILVA, L. B., & SARRIERA, J. C. Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, v.21, n.2, p.146-156, 2016. Acesso: 27 jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160015>

## COMO CITAR

BARBOSA, Vilkie Malherme.; MOURA JUNIOR, James Ferreira.; SOUSA, Roger Silva. Análises sobre a percepção das causas da pobreza a partir das pessoas que vivem a pobreza e da elite local. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.6, n.2, p. 135-152, 2023.